Relatório de Execução
NPISA Almada
2025

Sara Chaves

Teresa Pestana

Departamento de Intervenção Social e Saúde

Divisão de Intervenção e Ação Social

Câmara Municipal de Almada

Índice

1. Introdução 3
2. Diagnóstico – Retrato da população em situação de sem abrigo em Almada 5
3. Respostas do Município direcionadas para Pessoas em Situação de Sem Abrigo 13
3.1 Acompanhamento Social (Gestão de Casos) 13
3.2. Equipas de Rua (Diurnas e Noturnas) 15
3.3. Respostas de Alojamento 16
3.3.1. Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL) 16
3.3.2. Espaço de Acolhimento Temporário (AHBV) 18
3.3.3. *Housing First* 19
3.4. Atividades Ocupacionais 21
3.4.1. (Re) Construir Caminhos 21
3.4.2. (Re) Descobrindo 22
4. Execução Financeira 26
5. Parceria **27**
6. Perspetivas Futuras **29**
6.1. Candidatura Plano de Recuperação e Resiliência (BNAUT) 29
6.1.1. Centro de Alojamento de Emergência Social (CAES) - CRIA Pombal 29
6.1.2. Resposta de Alojamento de Transição 30
7. Considerações Finais **31**

1. Introdução

Desde a implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2017-2023, a Câmara Municipal de Almada assumiu a coordenação do Núcleo de Planeamento e Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (NPISA), uma estrutura de parceria já existente, mas que, face ao novo enquadramento legal, foi ajustada às novas diretrizes. A atual estrutura do NPISA foi aprovada em plenário do CLASA a 29 de março de 2018.

Os últimos anos têm sido particularmente desafiantes, tendo em conta a crise económica e habitacional instalada no país e o consequente aumento das situações de desalojamento. Este contexto exigiu ao NPISA a adaptação das suas respostas e a conceção de soluções ajustadas às novas necessidades, em articulação com as entidades responsáveis pelo atendimento e acompanhamento social de primeira linha, sem perder o foco nos objetivos previamente definidos.

No âmbito desta coordenação, foi iniciado um processo de reestruturação do modelo de governança do NPISA, bem como a criação e consolidação de novas respostas, circuitos de intervenção e bases de dados, essenciais para a redefinição e qualificação da intervenção no território de Almada, tendo em vista a (re)integração social das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA).

Em dezembro de 2024 foi publicada a nova Estratégia Nacional para a Integração de pessoas em Situação de Sem Abrigo (ENIPSSA) 2025-2030, bem como o respetivo Plano de Ação para o biénio 2025/2026. Um dos objetivos estratégicos do Eixo 1 — "Identificação, prevenção e minimização dos fatores de risco associados ao fenómeno da situação de sem-abrigo" — destaca a prioridade de assegurar que nenhuma pessoa permaneça na rua por falta de resposta, bem como o aumento do número de vagas em respostas de alojamento, quer de emergência, quer de transição.

No contexto internacional, e mais concretamente no âmbito da Agenda 2030, a ENIPSSA contribui, pela sua natureza e através dos seus objetivos estratégicos, direta ou indiretamente, para 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível europeu, a ENIPSSA enquadra-se no Princípio n.º 19 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais — «Habitação e assistência para as pessoas em situação de sem-abrigo» — que estabelece que:

- deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso a habitação social ou a apoio à habitação de qualidade;
- as pessoas vulneráveis têm direito a assistência e proteção adequadas em caso de despejo;
- devem ser assegurados alojamento e serviços adequados às pessoas em situação de sem-abrigo, promovendo a sua inclusão social.

Com a assunção, por parte do Município, das competências transferidas na área da Ação Social, tornou-se imperiosa a criação de respostas que previnam que pessoas e/ou famílias entrem em situação de sem-abrigo, nomeadamente na condição de sem-teto, por inexistência de alternativas habitacionais no concelho.

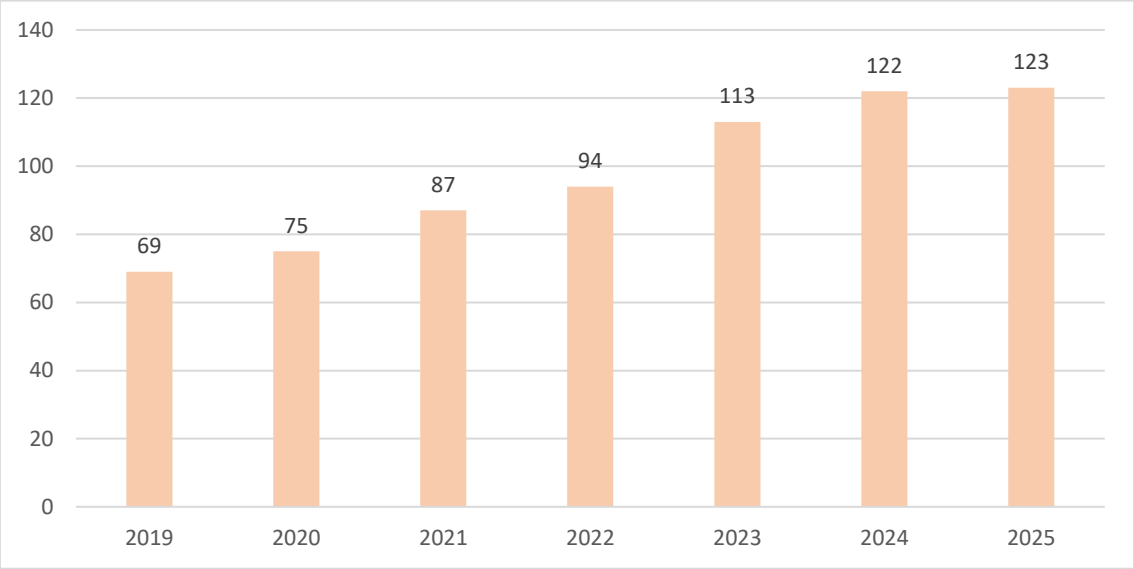
Considerando o consenso existente em torno da relevância desta problemática, a Câmara Municipal de Almada tem vindo a assegurar a continuidade de um trabalho estruturado e sustentável no território, permitindo manter e alargar respostas eficazes para este público, ajustadas às necessidades atuais, num contexto de crescimento do número de PSSA e em risco de perda de habitação na Área Metropolitana de Lisboa.

O presente relatório apresenta um retrato atualizado da população em situação de sem-abrigo no Município de Almada, bem como dados de execução física e financeira relativos às respostas disponibilizadas. Inclui ainda uma reflexão sobre as principais dificuldades e desafios da intervenção, bem como sobre as perspetivas futuras neste domínio.

2. Diagnóstico – Retrato da população em situação de sem abrigo em Almada

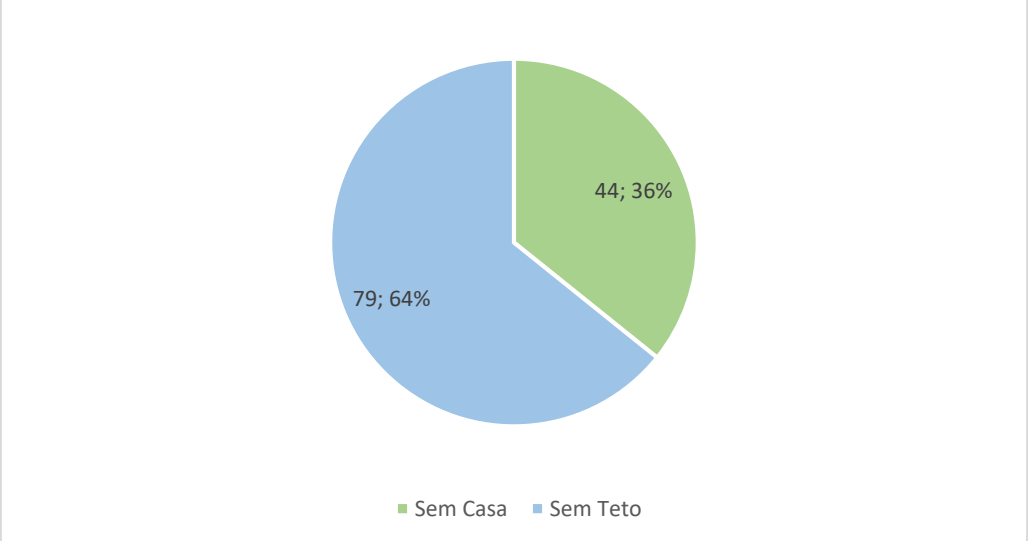
Almada apresenta um volume de pessoas em situação de sem abrigo variável, que tem oscilado entre as 69 e as 123 pessoas nos últimos 7 anos, com uma tendência clara para o crescimento deste fenómeno.

Gráfico 1 – Evolução do fenómeno das PSSA no concelho de Almada (2019-2025)



Os dados apresentados de seguida reportam aos casos ativos a 31 de dezembro de 2025.

Gráfico 2 – Distribuição de pessoas identificadas por condição de sem abrigo



A análise da distribuição das pessoas acompanhadas por condição de sem abrigo considera o conceito de PSSA definido pela Nova ENIPSSA (2025-2030).

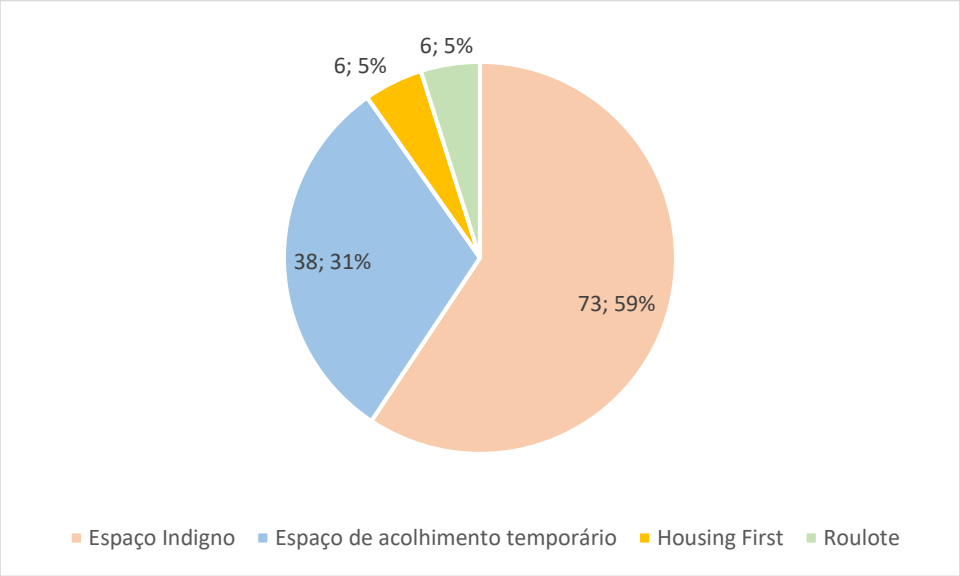
Neste âmbito, considera-se "Pessoa em Situação de Sem-Abrigo" aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física ou mental, se encontre:

- Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;

Ou

- Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Gráfico 3 – Distribuição de PSSA por local de pernoita



Considerando os gráficos 2 e 3, verifica-se que a maioria dos destinatários do projeto se encontrava na condição de sem teto (64%; N=79), pernoitando em espaços indignos. Os locais de pernoita são na sua maioria o espaço público, viaturas, patamares de prédios e construções abarracadas/ casas abandonadas sem condições de habitabilidade. Verifica-se ainda que algumas das PSSA em condição de sem teto pernoitavam em roulotes.

No que respeita às PSSA abrangidas em condição de sem casa (36%; N=44), a maioria integrava espaços de acolhimento temporário de gestão da autarquia (N=38), sendo que 25 pessoas se encontravam acolhidas no Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL) e as outras 13 pessoas nos

Espaços de Acolhimento Temporário disponibilizados pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Almada e Cacilhas, mediante protocolo com a Câmara Municipal de Almada. Importa ainda referir que 5% (N=6) dos destinatários integravam resposta de *Housing First.*

Gráfico 4 – Distribuição de PSSA por sexo

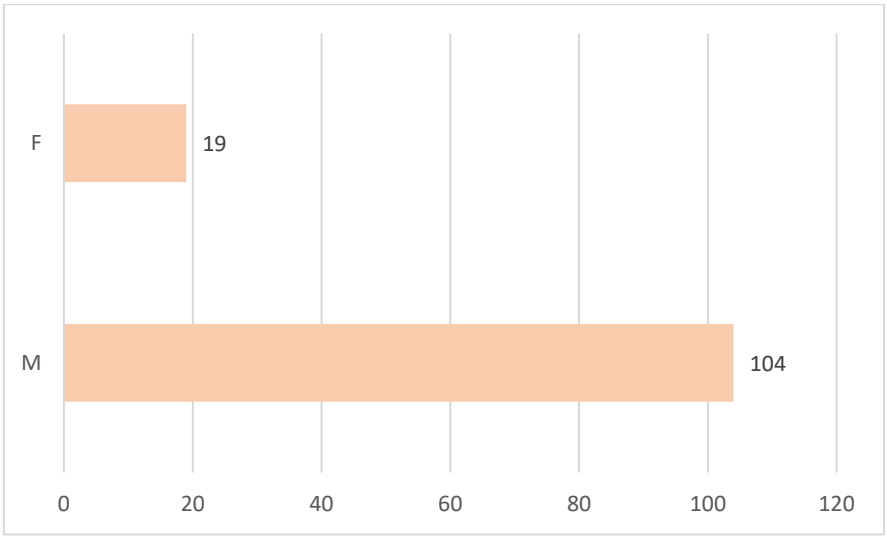
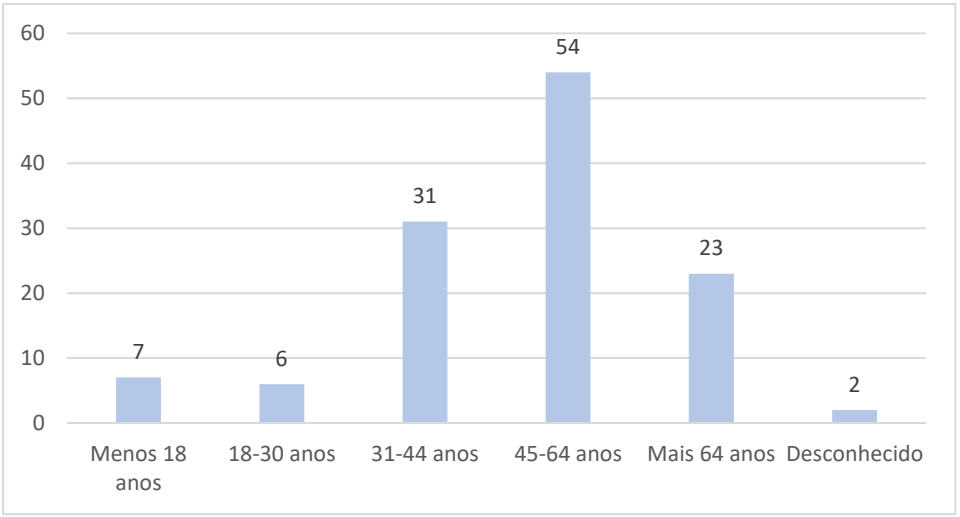


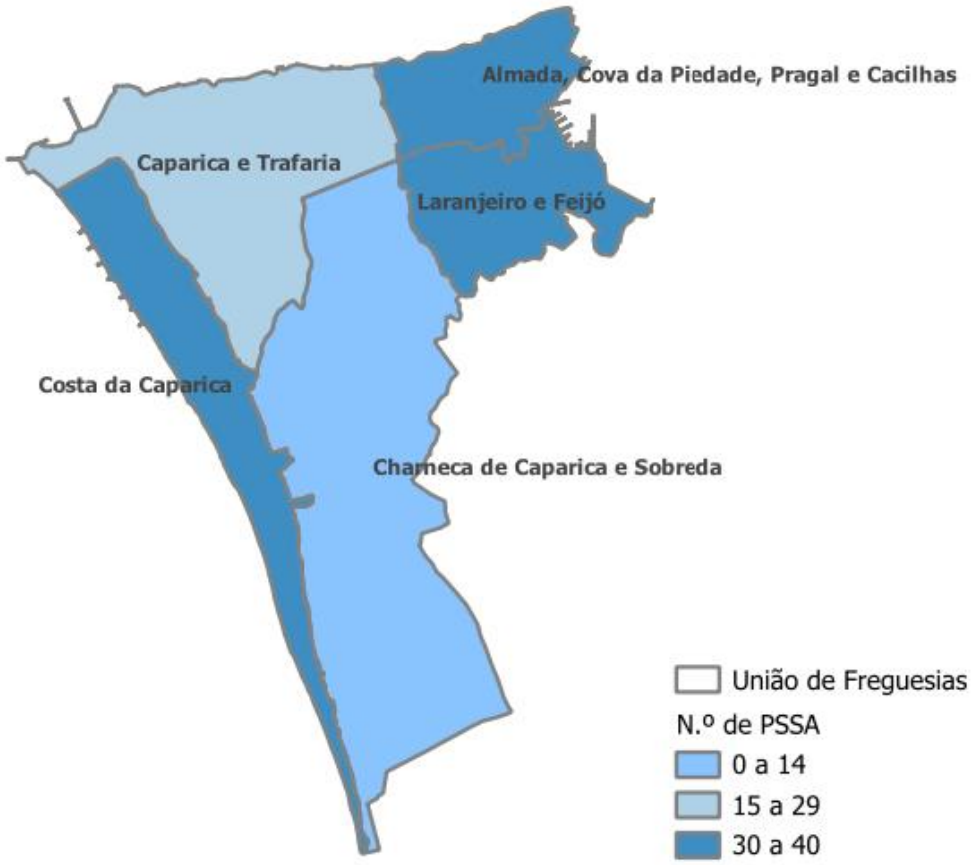
Gráfico 5 – Distribuição de PSSA por faixa etária



Da observação dos gráficos 4 e 5 constata-se que a população em situação de sem abrigo acompanhada é maioritariamente masculina (N=104; 85%), encontrando-se, predominantemente, nas faixas etárias acima dos 30 anos (N=108; 88%).

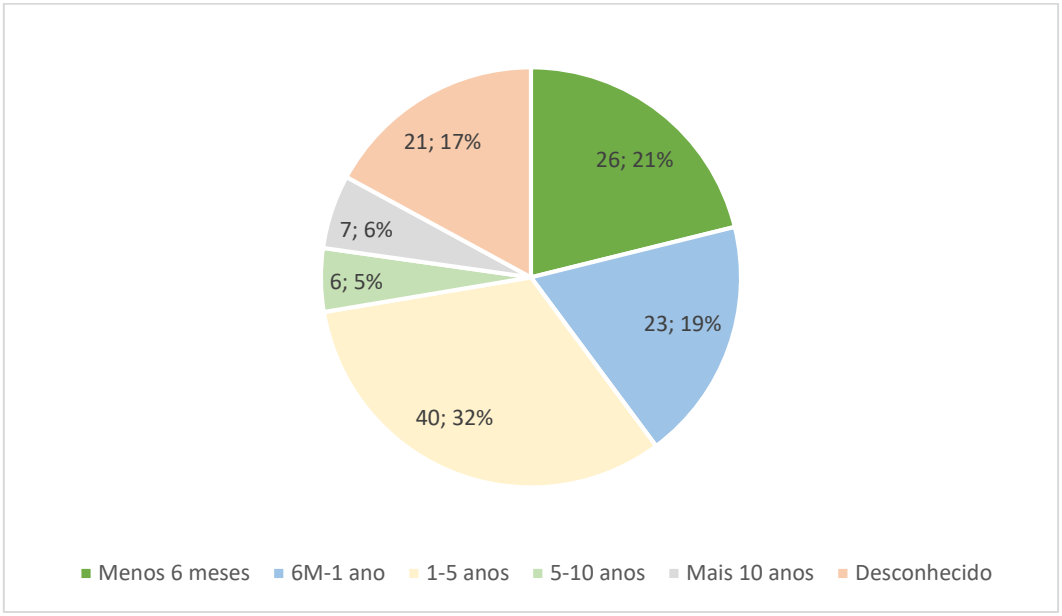
Destaca-se ainda o número de PSSA com mais de 64 anos (N=23) que, embora não representem um número expressivo face ao universo de pessoas acompanhadas, se encontram numa situação ainda mais vulnerável pela fragilidade associada a problemas de saúde e à menor resistência física e psicológica às condições adversas da vivencia em contexto de rua.

Gráfico 6 – Distribuição de PSSA por freguesia de pernoita



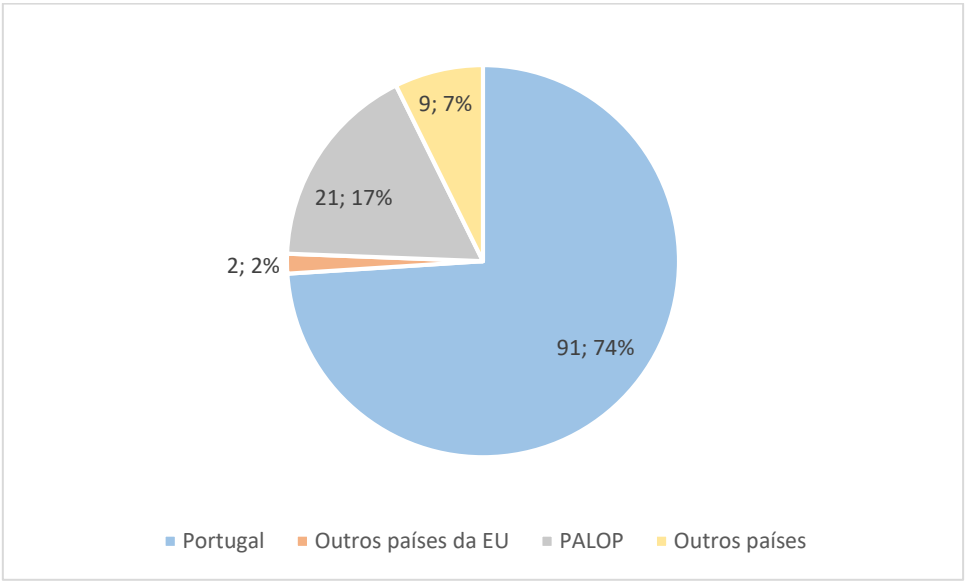
No que diz respeito às freguesias de pernoita, verifica-se que existe uma maior concentração de PSSA nas Freguesias de Almada, Cova da Piedade Pragal e Cacilhas e do Laranjeiro e Feijó (ambas com 36 PSSA no seu território). Importa referir que o Espaço de Acolhimento Noturno se situa no Laranjeiro, pelo que 25 das PSSA que têm esta freguesia como local de pernoita se encontram em situação de sem casa. Por outro lado, a maioria das PSSA a pernoitar em Almada, Cova da Piedade Pragal e Cacilhas estão em condição de sem teto (N=35). Como é também visível no gráfico supra, a freguesia da Costa da Caparica apresenta também um número significativo de PSSA (N= 31), sendo importante referir que, destes, 12 encontram-se em condição de sem casa.

Gráfico 7 – Distribuição de PSSA por duração da situação de sem abrigo



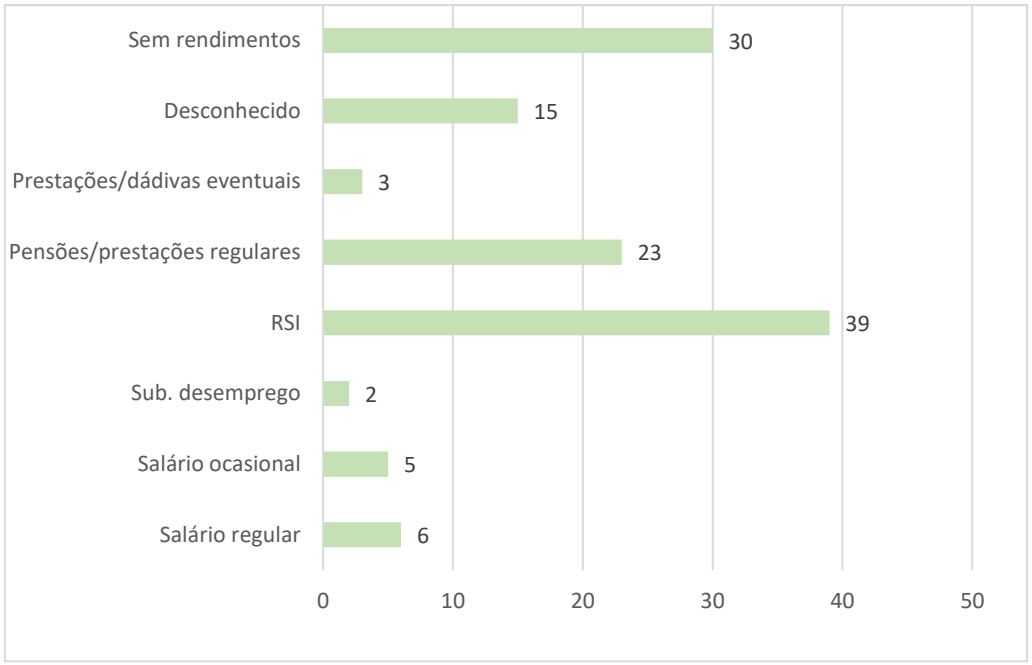
Da informação conhecida, salientam-se dois grupos. Por um lado, é possível concluir que uma grande parte das pessoas acompanhadas se encontra em situação de sem abrigo há um período compreendido entre 1 e 5 anos (N=40; 32%), fator que potencia um nível elevado de quebra de laços sociais e referências. Por outro, o número de pessoas que estão nesta condição há menos de 6 meses (N=26; 21%) reflete o agravamento das situações de emergência social por perda de habitação.

Gráfico 8 – Distribuição de PSSA por nacionalidade



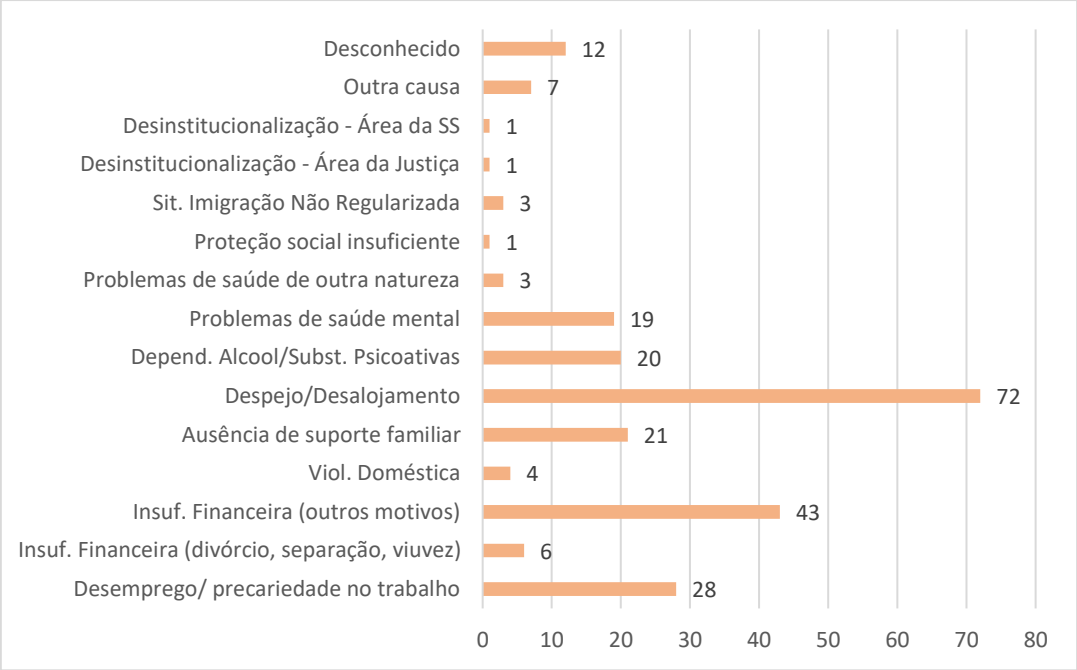
No que diz respeito à nacionalidade, verifica-se que a maioria das PSSA são portuguesas (N=91; 74%), sendo o segundo grupo de destaque representado pelos nacionais de PALOP (N=21; 17%).

Gráfico 9 – Distribuição de PSSA por rendimentos auferidos



A maioria das PSSA acompanhadas tem alguma fonte rendimento (N=78), embora os valores auferidos se revelem claramente insuficientes para garantir a sua subsistência. O Rendimento Social de Inserção é a principal fonte de rendimento apresentada pelos utentes acompanhados, sendo que a atribuição desta prestação é uma das prioridades da intervenção, numa primeira fase, e até que as PSSA integrem atividade profissional ou adquiram outros direitos sociais que lhes permitam obter um rendimento mais elevado e digno. Importa também destacar o grupo de pessoas sem quaisquer rendimentos (N= 30), que se encontram numa situação de agravada fragilidade, sem meios para fazer face às necessidades diárias e mais dependentes dos serviços de ação social. Esta situação está ligada a situações de indocumentação de resolução complexa, e a situações de reduzida adesão aos planos de intervenção.

Gráfico 10 – Distribuição de PSSA por causas de entrada em situação de sem abrigo



Relativamente às causas que conduziram à situação de sem abrigo, verifica-se que o despejo/desalojamento assume particular destaque, muito associado a situações de insuficiência financeira e ao desemprego ou emprego precário. A par, tem sido notório um crescimento de situações do âmbito da doença mental, que continuam subdiagnosticadas pela dificuldade existente em conduzir, voluntariamente, algumas PSSA a avaliações psiquiátricas. Ainda a problemática dos comportamentos aditivos e dependências, assume um peso significativo na condução de indivíduos a situação de sem abrigo, dado que estes consumos aparecem associados a maiores níveis de desorganização pessoal, de quebra de laços sociais e à ausência de adesão aos serviços de apoio.

Sintetizando, conclui-se que a população em situação de sem abrigo em Almada, no ano de 2025, é maioritariamente do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, encontrando-se, na sua maioria, em condição de sem teto, a pernoitar nas UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e Laranjeiro/Feijó, com percurso de rua prolongado, apresentando como principal fonte de rendimento o RSI e como principais causas para a entrada em situação de sem abrigo o despejo/desalojamento e a insuficiência económica.

Ao longo do ano de 2025 foram contabilizadas 266 sinalizações de PSSA, tendo todas sido encaminhadas para triagem pelas equipas de rua (noturna e diurna). Sempre que foram identificadas novas situações, as mesmas foram remetidas para acompanhamento pelas Técnicas Gestores de Caso, de acordo com a área territorial e problemáticas diagnosticadas.

No mesmo ano, **53** das PSSA acompanhadas autonomizaram-se, deixando a situação de sem abrigo. Destas, 11 foram acolhidas por familiares/ amigos, 2 ingressaram em Unidades de Desabituação e Comunidades Terapêuticas, 2 integraram outras respostas de saúde, 2 integraram Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), 31 integraram resposta habitacional, 1 regressou à sua habitação por via da melhoria das condições de habitabilidade da mesma e 4 deixaram o Município de Almada por meio de resposta habitacional em outro concelho/país.

3. Respostas do Município direcionadas para Pessoas em Situação de Sem Abrigo

3.1 Acompanhamento Social (Gestão de Casos)

A intervenção do NPISA de Almada tem por base o Modelo de Intervenção e Acompanhamento Integrado definido pela ENIPSSA, que prevê que "todas as pessoas devem ter o acompanhamento de um gestor de caso desde o momento em que a situação é identificada/sinalizada".

A Gestão de Casos permite a realização de um acompanhamento social de proximidade, sistemático e individualizado, que visa responder às necessidades e objetivos dos utentes e que assenta no desenvolvimento de estratégias flexíveis de comunicação e na coordenação e otimização dos recursos disponíveis. Potencia um maior envolvimento dos utentes na tomada de decisões e na intervenção e contribui para a sua capacitação (*empowerment*).

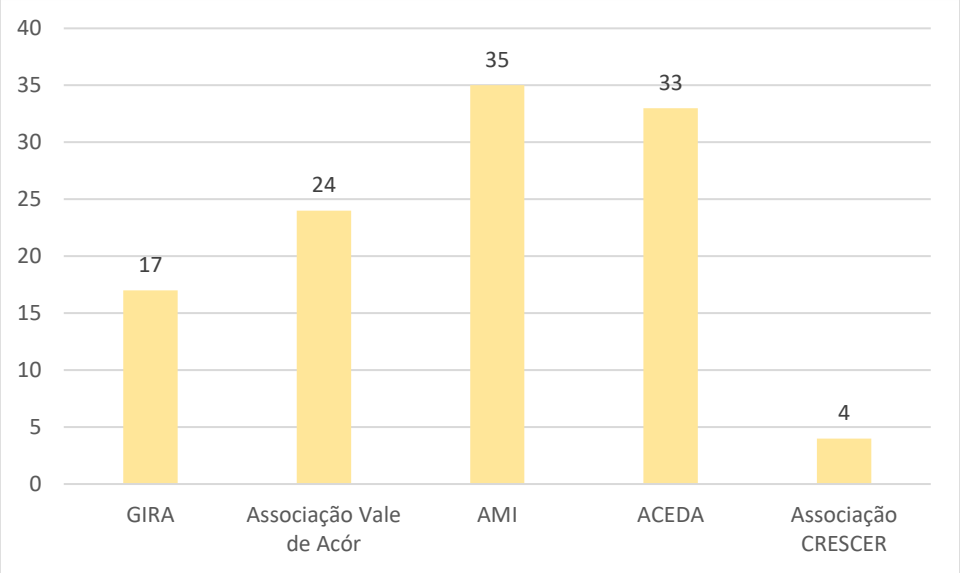
As ações desenvolvidas pelos TGC com os utentes privilegiam: o acesso a cuidados de saúde primários e de especialidade (nomeadamente saúde mental, dependência de substâncias, entre outras), a integração em respostas de tratamento no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências (comunidades terapêuticas, unidades de desabituação), a regularização de documentação, o encaminhamento para respostas de habitação, a integração no programa de *Housing First*, o encaminhamento para o Espaço de Acolhimento Noturno do município, bem como a integração em atividades de cariz profissional e sócio ocupacional (emprego, formação profissional e outros projetos formativos ou atividades sócio ocupacionais).

No âmbito de reuniões técnicas quinzenais, realizadas entre Técnicos Gestores de Caso e representantes da autarquia afetos ao NPISA, é feita a distribuição de novas situações que antecede o início do acompanhamento social das PSSA em causa. Na maioria dos casos este acompanhamento é realizado em colaboração com os Técnicos Gestores de Processo do SAAS, no âmbito das medidas de RSI e Ação Social.

Estas reuniões servem também a discussão de casos, promovendo uma reflexão conjunta e a procura das respostas mais adequadas a casa situação.

No final do ano transato, a autarquia tinha identificadas 123 pessoas em situação de sem abrigo no concelho de Almada. Destas, 92% tinham Técnica Gestora de Caso do NPISA atribuída, de acordo com a distribuição apresentada no gráfico seguinte.

Gráfico 11 – Distribuição de casos de PSSA pelas entidades gestoras no âmbito do NPISA



Importa referir que das 10 PSSA sem Técnica Gestora de Caso do NPISA, 8 tinham Técnica Gestora de Processo do SAAS, pelo que apenas 2 PSSA se encontravam, à data, sem acompanhamento social.

A distribuição de casos, no âmbito do NPISA, considera determinados critérios, atendendo nomeadamente à principal problemática identificada e ao território onde as PSSA se encontram. Assim, no que respeita à problemática principal, nos casos em que são identificados comportamentos aditivos e dependências o acompanhamento é assegurado pela Associação Vale de Acór, excetuando aqueles integrados em resposta de Housing First, com acompanhamento pela Associação CRESCER. Nas situações de doença mental a gestão é realizada pelo Grupo de Intervenção e Reabilitação Activa (GIRA) e nos casos em que a problemática é iminentemente social o acompanhamento é realizado pela Fundação de Assistência Médica Internacional (AMI) ou pela Associação Cristã Evangélica de Apoio Social (ACEDA).

De acordo com o gráfico 11 é possível constatar que a maioria das situações identificadas no território de Almada se encontravam, à data, em acompanhamento pela AMI, ACEDA e Associação Vale de Acór, destacando-se as problemáticas ligadas a situações de vulnerabilidade iminentemente social e ao consumo de substâncias psicoativas.

3.2. Equipas de Rua (Diurnas e Noturnas)

No âmbito do NPISA, foram criadas, em 2019, as Equipas de Rua Noturnas e a Equipa de Rua Diurna, com diferentes enfoques e constituições.

Equipa Técnica de Rua Diurna: Dinamizada por técnicos superiores das áreas das ciências sociais, das instituições Vale de Acór, GIRA, ACEDA, AMI, e GAT com a colaboração de enfermeira da Unidade Local de Saúde de Almada-Seixal. Esta equipa, que assegura apoio psicossocial a PSSA, funciona em regime diurno, tendo iniciado a sua intervenção com frequência semanal.

A Equipa de Rua Diurna apresenta uma componente técnica, procurando prestar apoio às PSSA e fomentar a sua integração em processos de recuperação, tratamento, vinculação aos serviços sociais e de saúde. Objetiva a plena reinserção na sociedade das pessoas acompanhadas, desenvolvendo uma ação articulada de sensibilização, orientação, acompanhamento e encaminhamento.

É também esta equipa que procede a uma primeira avaliação dos novos casos referenciados ao NPISA, com o intuito de realizar um primeiro diagnóstico social que identifique as principais necessidades e problemáticas que serão objeto de intervenção e que fundamentam a atribuição de uma técnica gestora. Esta primeira avaliação é realizada por uma das TGC, rotativamente a cada semana (plantão).

Equipas de Rua Noturnas: dinamizadas por grupos de voluntários da Associação Gerações Sorriso e ACEDA, com intervenção nos dias úteis, em período noturno, mediante distribuição de agasalhos, alimentos e encaminhamento de PSSA para os serviços de apoio destinados a este grupo da população.

As equipas de rua noturnas são uma resposta no acompanhamento das pessoas em situação de sem abrigo, nomeadamente aquelas que se encontram sem teto, a pernoitar em espaços públicos. São igualmente essenciais para a identificação de novas situações e o posterior encaminhamento para equipas técnicas.

A resposta de equipas de rua encontra-se protocolada, sendo que a CMA concede apoio financeiro às equipas de voluntários para apoio no combustível, seguros e materiais de acondicionamento de alimentos.

Dados que espelham o trabalho das equipas de rua noturnas durante o ano de 2025:

	ACEDA	Gerações Sorriso
Nº de voluntários envolvidos	32	40
Nº de voltas efetuadas	132	132
Nº de refeições distribuídas	3585	6000[1]
Nº de PSSA apoiadas	109	80

3.3. Respostas de Alojamento

A intervenção do NPISA de Almada tem por base a visão da Nova Estratégia Nacional para a Integração de PSSA, que considera a importância de "consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, por forma a que ninguém tenha de permanecer na rua por ausência de alternativas".

Neste âmbito, têm vindo a ser implementadas estruturas de alojamento no Município, com o objetivo de responder às necessidades de acolhimento de emergência e de adequar a intervenção às necessidades mais prementes identificadas.

Atualmente, Almada possui 2 respostas na vertente do acolhimento de emergência e uma resposta de acolhimento à medida que integra 2 projetos (tipologia de *Housing First*).

3.3.1. Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL)

O decreto do Estado de Emergência, e respetivo confinamento decretado em março de 2020, conduziu a um aumento da condição de vulnerabilidade das pessoas que se encontravam em situação de sem abrigo. As equipas de rua, que mantiveram a sua intervenção, sempre foram dando conta desta situação, tendo verificado que estas pessoas se sentiam cada vez mais isoladas e inseguras, vivendo situações de grande ansiedade. Acresce que as respostas sociais diminuíram a sua capacidade de apoio, bem como os locais onde estas pessoas socializavam encerraram (restaurantes, cafés…), deixando-as completamente sozinhas.



[1] Este número integra as refeições cedidas pela Associação Gerações Sorriso nas sextas-feiras para consumo no fim de semana.

Assim, surgiu a necessidade de criar um espaço coletivo onde as pessoas pudessem pernoitar e ter acesso a uma refeição e higiene.

Neste âmbito, foi criada uma resposta de acolhimento com os seguintes objetivos:

- Diminuir a exposição das PSSA a fatores ambientais e psicológicos, decorrentes da situação de pandemia, que pudessem colocar a vida destas pessoas em risco ou diminuir a sua saúde mental;
- Disponibilizar temporariamente um espaço de apoio às PSSA de Almada que permitisse suprir no imediato as necessidades básicas de alojamento, alimentação e higiene, num contexto generalizado de diminuição dos recursos de apoio disponíveis na comunidade.

Este alojamento temporário, do tipo coletivo, manteve o seu funcionamento no pós-pandemia, mantendo-se até aos dias de hoje. Tem capacidade para 25 pessoas do sexo masculino e funciona das 18h00 às 08h00, oferecendo as seguintes respostas: espaço de pernoita, balneário para higiene diária, jantar, pequeno-almoço, roupeiro e acompanhamento psicossocial.

Esta resposta funciona dentro de um equipamento desportivo, sendo intenção da autarquia transferi-lo para outro local, transformá-lo numa resposta integrada para PSSA do sexo masculino e feminino, com funcionamento 24h/24h.

A dinamização da resposta envolve a participação de várias entidades:

- **CMA**: Coordenação técnica;
- **ACEDA**: Coordenação técnica e gestão de recursos humanos;
- **CIRL:** Disponibilização das instalações e de um recurso humano para acompanhamento noturno aos utentes;
- **AMI**: Fornecimento dos pequenos-almoços;
- **LAHGO:** Fornecimento de jantares;
- **APPACDM**: Limpeza e higienização das roupas.

Ao longo do ano estiveram acolhidas no Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL) 32 pessoas, das quais 15 integraram a resposta em 2025. No mesmo ano autonomizaram-se deste equipamento 8 utentes (2 acolhimentos por familiares, 6 integrações em resposta habitacional).



3.3.2. Espaço de Acolhimento Temporário (AHBV)

A identificação da necessidade de implementação desta resposta surgiu no âmbito das reuniões periódicas com os parceiros do NPISA, nas quais se concluiu a importância de implementar uma resposta adequada aos desafios impostos pela conjuntura atual. Entendeu-se necessário criar um espaço de alojamento que responda às situações de emergência social, nomeadamente aquelas originadas por catástrofes naturais e fenómenos imprevisíveis.

Neste âmbito, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada (AHBVA) disponibilizou um apartamento com 2 quartos, dirigido a pessoas isoladas e que privilegia a integração de mulheres.

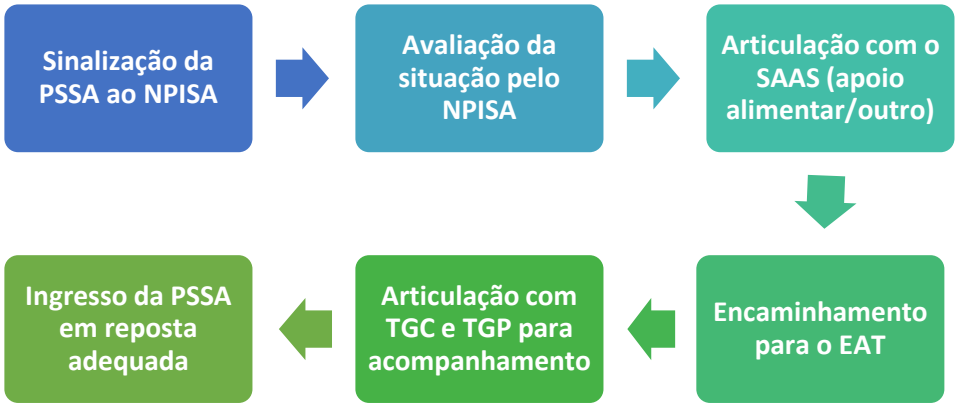
Mais tarde, em 2023, a CMA realizou outro Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, desta vez de Cacilhas, através do qual foram disponibilizados 6 apartamentos de tipologia T1 e T2 para acolher agregados familiares.

As sinalizações para acolhimento de pessoas nestes 2 espaços são encaminhadas, essencialmente, pelas técnicas de intervenção social de 1ª linha afetas ao SAAS de Almada e pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, no âmbito de situações de catástrofe (inundações, incêndios…).

São objetivos do Espaço de Acolhimento Temporário:

- Disponibilizar uma resposta de alojamento de emergência, com a capacidade máxima para 6 pessoas mais 6 agregados familiares, durante 365 dias por ano;
- Permitir uma intervenção na crise e a ligação com respostas de transição que potenciem a reinserção social e profissional das pessoas em situação de sem abrigo.

O encaminhamento e intervenção no âmbito do EAT são realizados tendo em conta o fluxograma infra:



Esta resposta encontra-se protocolada, tendo a CMA concedido um apoio financeiro às duas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários para a cedência e apoio na gestão deste espaço.

No que respeita ao Espaço de Acolhimento Temporário foram alojadas, em 2025, 32 pessoas, correspondentes a 13 agregados familiares, destas autonomizaram-se 20 pessoas (9 agregados familiares), através da atribuição de habitação municipal e arrendamento de habitação/quarto no mercado privado.

Importa salientar a importância da existência deste espaço, na medida em que possibilita o acolhimento de mulheres, agregados familiares, menores e animais tratando-se da única resposta do concelho com enquadramento para estes públicos.

3.3.3. *Housing First*

Esta abordagem decorre do princípio prioritário da existência de uma habitação como ponto de partida para a resolução de outros problemas de índole social, que vão desde o tratamento, a problemas do foro físico, psicológico, educativo, de empregabilidade, de dependência de substâncias ilícitas e de integração social.

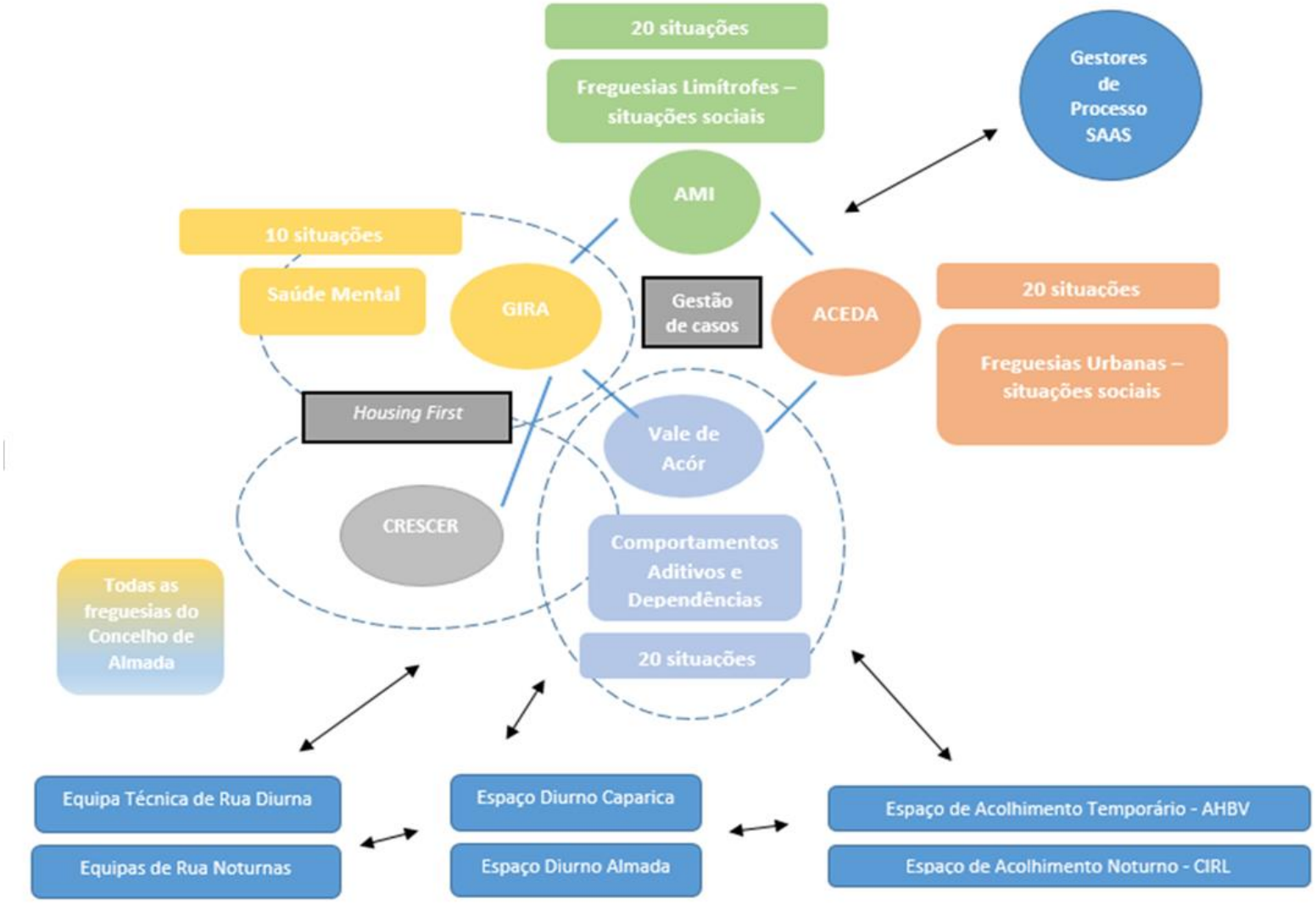
Para viabilizar o desenvolvimento deste projeto em Almada, a autarquia cedeu, a título de comodato, 10 espaços a 2 entidades (GIRA e Associação CRESCER), que implementaram 2 modelos de *Housing First* – um direcionado para PSSA com comportamentos aditivos e dependências e outro focado na problemática da doença mental.

Primeiramente, com enquadramento em candidatura ao POR Lisboa 2020 foi implementada a primeira resposta de *Housing First* de Almada, dinamizada pelo GIRA e orientada para a

intervenção com PSSA com doença mental. Esta resposta mantém-se e abrangeu, no ano de 2025, 3 PSSA.

Com a possibilidade de candidatura ao Programa Regional Lisboa 2030, a Associação CRESCER aceitou o desafio lançado pela Câmara Municipal de Almada para a gestão deste projeto, com início em janeiro de 2025, cabendo a esta Entidade a gestão de 7 espaços. Em 2025 estiveram integradas nesta resposta 4 pessoas, tendo a entidade iniciado intervenção de rua, com outras PSSA sinalizadas para integração nas restantes habitações vagas.

O objetivo deste projeto consiste em implementar uma resposta de alojamento, à medida, para pessoas em situação de sem-abrigo que se encontram nesta situação há muito tempo e para as quais outras respostas se mostraram ineficazes, nomeadamente face às problemáticas associadas do âmbito da doença mental e dos comportamentos aditivos e dependências.


20 situações
Freguesias Limítrofes – situações sociais
Gestores de Processo SAAS
AMI
10 situações
Saúde Mental
GIRA
Gestão de casos
ACEDA
20 situações
Freguesias Urbanas – situações sociais
Housing First
Vale de Acór
CRESCER
Comportamentos Aditivos e Dependências
Todas as freguesias do Concelho de Almada
20 situações
Equipa Técnica de Rua Diurna
Equipas de Rua Noturnas
Espaço Diurno Caparica
Espaço Diurno Almada
Espaço de Acolhimento Temporário - AHBV
Espaço de Acolhimento Noturno - CIRL

3.4. Atividades Ocupacionais

3.4.1. (Re) Construir Caminhos

O projeto "(Re) Construir Caminhos" financiado pelo Prémio BPI Fundação "La Caixa" Solidário, dinamizado pela ACEDA, foi desenhado para capacitar PSSA, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e a inclusão no mercado de trabalho. Teve por missão complementar o trabalho psicossocial realizado pelas técnicas de acompanhamento, colaborando para a saída da situação de sem-abrigo e, crucialmente, prevenir reincidências.

Este projeto surgiu de uma necessidade sentida pelas TGC, ao nível da ocupação de tempos livres das pessoas acompanhadas com atividades que contribuam para o seu bem-estar e melhoria de competências, afastando-as de percursos desviantes.

Este projeto teve como objetivos:

- Promover a reintegração social e profissional, através do estabelecimento de ligação entre os participantes do centro de acolhimento à comunidade
- Promover a melhoria da qualidade de vida, através da redução da vulnerabilidade social e reforçar o bem-estar
- Reforçar as capacidades, através de dar a cada pessoa as ferramentas para construção dos próprios projetos de vida.

O plano de atividades foi adaptado às necessidades de cada beneficiário e foram realizadas sessões de grupo, focadas no desenvolvimento de competências técnicas, sociais e comportamentais, bem como sessões de acompanhamento complementar dedicadas ao uso de computadores, ajuda em tarefas do dia a dia e apoio no acesso a serviços públicos.

O projeto contou com uma média de 24 participantes por sessão, num total de 81 atividades realizadas em 2025.

Durante os 12 meses de implementação do projeto, foi possível apoiar 7 pessoas na procura de quarto/habitação, integrar 5 pessoas no mercado de trabalho e integrar 2 pessoas em formação (alfabetização de adultos).

Importa salientar que face aos resultados obtidos, a ACEDA voltou a elaborar candidatura para continuidade do projeto em 2026.

3.4.2. (Re) Descobrindo

Em 2025 foram realizadas ações no âmbito do projeto "(Re)Descobrindo", financiado pelo Regulamento Municipal de Apoios Públicos de Almada (RMAPA) e gerido pela ACEDA. Este projeto surgiu com o propósito de apoiar a reconecção das PSSA à sociedade, fomentando nelas um sentimento de pertença e de identidade cultural que propicia uma reinterpretação do espaço ao seu redor e a sua reinserção social, por meio de atividades socioculturais e de lazer.

Neste âmbito, foram realizadas 7 atividades, a saber:

1. **<u>Participação no Encontro "Rede Sem Espinhas" da Rede Social de Almada</u>**

Os utentes do Espaço de Acolhimento Noturno participaram nesta atividade, promovida pela Rede Social de Almada, nomeadamente através da criação de elementos decorativos para a Casa Amarela, onde decorreu o Encontro, bem como integrando as sessões que decorreram durante o dia. Participaram 10 utentes.

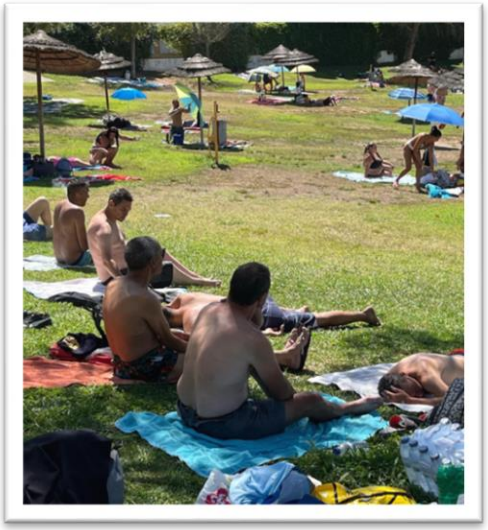




2. **<u>Visita às Piscinas de Montemor – Montemor-o-Velho</u>**

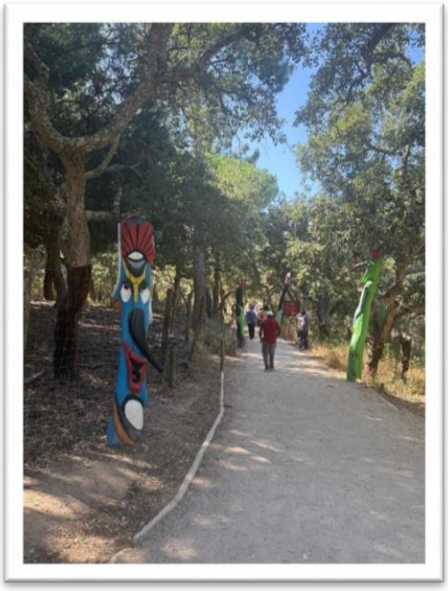
A Piscina de Montemor-o-Velho funciona como complemento da educação e desenvolvimento físico e cultural da população a que se destina, vocacionando as piscinas para a prática da competição, aprendizagem, adaptação ao meio aquático e para o lazer. Participaram 19 utentes.





3. Visita ao Badoca Safari Park – Vila Nova de Santo André

O Badoca Safari Park é um parque temático com uma área de 90 hectares, que convida os amantes da natureza a passar um dia diferente e a conhecer a beleza da vida animal, em plena liberdade. O parque conta com várias atividades, passeios, apresentações de animais e zonas de restauração, tendo permitido aos utentes passar um dia em contacto com a natureza e vários animais. Participaram 15 utentes.





4. Sessão de cinema – Almada Fórum

Realização de uma ida ao cinema, para visualização de filme escolhido pelos destinatários, acompanhado de pipocas. Antes da sessão foi proporcionado um almoço em local escolhido pelos próprios. Participaram 5 utentes.





5. Visita do Museu do Ar - Sintra

Realizada visita ao Museu do Ar que tem como missão colecionar, conservar e preparar para exposição pública o património histórico-museográfico aeronáutico de relevância histórica. Participaram 15 utentes.





6. Visita ao Convento de Cristo e Castelo de Tomar - Tomar

Convento de Cristo é o nome pelo qual é geralmente conhecido o conjunto monumental constituído pelo Castelo Templário de Tomar, o renascentista Convento da Ordem de Cristo, a Cerca Conventual, hoje conhecida por Mata dos Sete Montes, a Ermida da Imaculada Conceição e o Aqueduto Conventual, também conhecido por Aqueduto dos Pegões. Inscrito na Lista de Património Mundial da UNESCO em 1983, integra alguns dos mais expressivos testemunhos da história da arquitetura portuguesa. Os sete séculos da sua construção percorrem os momentos mais significativos da História de Portugal. Participaram 13 utentes.





7. Visita ao Circus Uriens - Seixal

Visionamento de um espectáculo com capacidade única de criar um ambiente mágico e lúdico que estimula a imaginação, combinando humor, cor, música e perigo.

Posteriormente à ida ao circo, realizou-se almoço convívio no Espaço de Acolhimento Noturno com participação de utentes e técnicos. Participaram 23 utentes.



4. Execução Financeira

As respostas disponibilizadas pelo Município, no âmbito do NPISA, apresentaram, em 2025, um custo anual para a autarquia de **455 333,67 €** que se reporta à manutenção de:

- Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL) – 236 272,95€;
- Espaço de Acolhimento Temporário (AHBVA e AHBVC) – 21 300,00 €;
- Equipas de Rua Noturnas – 13 400,00 €;
- Programa Integrado de Intervenção com as Pessoas em Situação de Sem Abrigo de Almada (PIIPSSAA), que integra as respostas de Gestão de Casos e *Housing First,* no âmbito de candidatura ao Programa Regional Lisboa 2030 – 184 360,72 €.

De seguida apresenta-se quadro síntese com informação dos montantes concedidos às entidades parceiras no ano de 2025.

Tabela 1 – Execução financeira (2025)

RESPOSTA	PARCEIROS	VERBA EXECUTADA	Notas
Espaço de Acolhimento Noturno (CIRL)	ACEDA, APPACDM, LAHGO, AMI, CIRL	236 272,95 €	Valor correspondente a 9 meses de Protocolo
Espaço de Acolhimento Temporário (EAT)	AHBVA e AHBVC	21 300,00 €	Valor correspondente a 3 meses de Protocolo
Equipas de Rua Noturnas	Associação Gerações Sorriso e ACEDA	13 400,00 €	Valor correspondente a 12 meses de Protocolo
PIIPSSAA (Técnicos Gestores de Caso + *Housing First*) PR 2030	ACEDA, AMI, Vale de Acór, GIRA, CRESCER	184 360,72 €	Valor correspondente a 12 meses de Protocolo
Total		**455 333,67 €**	

As respostas inerentes ao Espaço de Acolhimento Temporário, Espaço de Acolhimento Noturno e Equipas de Rua Noturnas foram mantidas com comparticipação total da autarquia.

A candidatura ao Programa Regional Lisboa 2030 possibilitou uma comparticipação partilhada entre o Fundo Social Europeu (40%) e a autarquia (60%) no que respeita ao PIIPSSAA (Gestão de Casos e *Housing First*).

5. Parceria

Tabela 2 – Reuniões realizadas

REUNIÕES	Nº
Reuniões ERN	11
Reuniões TGC	21
Reuniões Housing First	13
Reuniões Serviço Psiquiatria	6
Reuniões com a ENIPSSA	2
Reuniões Plenárias NPISA	2
Reuniões do Grupo de Casos Sociais e de Saúde Complexos	12
Reuniões com outras entidades parceiras	5
Reuniões NPISA AML	6
Reuniões AHBVC	3

Como pode ser observado na tabela acima, ao longo do ano foram realizadas várias reuniões com as entidades parceiras, com o intuito de promover momentos de articulação, discussão, reflexão e monitorização do trabalho desenvolvido.

Manteve-se a periodicidade quinzenal das reuniões com as Técnicas de Gestão de Caso dado o aumento das sinalizações de PSSA, a consequente necessidade de distribuição de casos com maior celeridade e a crescente complexidade das situações acompanhadas que exige a discussão continua de estratégias de intervenção.

A existência destes momentos não substituiu a necessidade permanente de um contacto mais informal entre as equipas, uma vez que, recorrentemente, surgiram situações nas quais foi necessária uma intervenção no momento.

A coordenação do NPISA de Almada foi convidada a dinamizar uma sessão de sensibilização/ informação numa escola do concelho do Seixal, junto de alunos do 2º ciclo. Esta iniciativa foi muito bem acolhida, evidenciando a relevância de promover a reflexão e o debate sobre esta temática junto da comunidade escolar.

As técnicas responsáveis pela coordenação do NPISA de Almada foram também convidadas a participar, como oradoras, num painel do “É UM CONGRESSO”, organizado pela Associação CRESCER, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian.

Ao longo do ano foram participados e dinamizados outros momentos formativos e de partilha de boas práticas, como:

- Sessão de apresentação do modelo de Housing First (Associação CRESCER);
- Sessão de informação sobre Doença Mental para monitores do Espaço de Acolhimento Noturno (ETETA);
- Workshop sobre Gestão do Luto (ULSAS);
- Sessão de esclarecimento de dúvidas e apoio à utilização da plataforma AidHound (Coordenação da ENIPSSA);
- Encontro do NPISA de Cascais "Caminhos para a Saúde" (Coordenação do NPISA de Cascais);
- Encontro Nacional da ENIPSSA – "(Re)Pensar, Agir, Incluir" (Coordenação da ENIPSSA);
- Sessão de Apresentação do "Programa Mais" (IEFP e coordenação da ENIPSSA);
- Almoço de Natal do Espaço de Acolhimento Noturno.

Em conjunto com a parceria, foi elaborado o Plano de Ação 2025/2026 do NPISA de Almada.

Em 2025, a coordenação do NPISA de Almada participou de um Grupo de Trabalho que co construiu um documento com Recomendações para uma Estratégia Metropolitana na intervenção com PSSA.

Foi ainda concretizada visita ao Centro de Alojamento de Emergência Social do Montijo, no âmbito do acolhimento de PSSA do território de Almada nesta resposta.

6. Perspetivas Futuras

6.1. Candidatura Plano de Recuperação e Resiliência (BNAUT)

O Município apresenta um conjunto de necessidades ao nível do alojamento urgente e temporário, que se enquadra na linha das necessidades dos territórios da Área Metropolitana de Lisboa, caracterizado pela ausência de resposta habitacional para grupos particularmente vulneráveis, que não encontram respostas às suas necessidades particulares de alojamento quer no âmbito da oferta de habitação social quer no mercado de arrendamento privado.

Neste âmbito, foi apresentada candidatura à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), nomeadamente assente na implementação de duas respostas.

6.1.1. Centro de Alojamento de Emergência Social (CAES) - CRIA Pombal

A implementação de uma resposta integrada, que contemple a vertente do alojamento de emergência social e a possibilidade do desenvolvimento de atividades ocupacionais para PSSA é uma das metas do NPISA de Almada.

Pretende-se realizar uma intervenção de natureza holística com as PSSA, que permita uma verdadeira integração social, respondendo às necessidades biopsicossociais dos beneficiários, mediante uma visão sistémica que potencie o empoderamento e a inclusão social, mas também a responsabilização social dos diferentes parceiros e agentes socioeconómicos de Almada.

Nos moldes atuais, o Município apresenta uma resposta de alojamento noturno, de caráter provisório, desde a sua implementação, uma vez que se considera que não reúne as condições ideais para o desenvolvimento da intervenção. Neste espaço, os utentes têm resposta de pernoita, mas não é assegurada a possibilidade de permanência diurna, pelo que existe um período significativo de vazio de atividades de capacitação e de ocupação de tempos livres.

Com vista a colmatar esta lacuna e a dar mais dignidade e conforto às pessoas integradas, perspetiva-se a transferência desta resposta para um espaço de acolhimento aberto 24h/24h, 365 dias/ano, em regime de semi-internato com períodos livres. Pretende-se que em período diurno a resposta disponibilize atividades diversas, mediante estabelecimento de protocolos com os parceiros do NPISA, contemplando nomeadamente sessões terapêuticas, atendimento psicossocial, formações teóricas e práticas, sessões informativas, reuniões de grupo e outras atividades lúdicas.

Pretende-se ainda, que este seja um espaço de referência para os Técnicos Gestores de Caso e outros parceiros.

Perspetiva-se que o CAES possa integrar até 22 PSSA, contemplando a possibilidade de acolhimento de pessoas isoladas e de casais, de indivíduos de ambos os géneros e de animais.

Durante o ano de 2025, após realização das devidas adaptações ao projeto de arquitetura do espaço, o mesmo foi finalizado e objeto de parecer técnico favorável pelo Instituto da Segurança Social.

O equipamento será alvo de obras de reabilitação, objetivando-se posterior celebração de um protocolo de cooperação para desenvolvimento de resposta de CAES.

6.1.2. Resposta de Alojamento de Transição

Após reuniões decorridas com o Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal, considerando a necessidade de atender aos vários perfis de PSSA acompanhadas, optou-se por direcionar o imóvel adquirido pela autarquia para a implementação de uma resposta de alojamento de transição.

Esta tipologia de resposta prevê acolhimento transitório, de curta a média duração, destinado a pessoas em fase de pré-autonomização, objetivando a promoção de condições para o desenvolvimento e consolidação da autonomia dos residentes a nível pessoal, social e profissional e uma transição gradual e estruturada para a vida ativa.

No ano de 2025 foram realizadas visitas ao espaço, em conjunto com o Departamento de Manutenção de Equipamentos Municipais (DMEM), para identificar as necessidades de adaptação/ reabilitação do mesmo. Nesta sequência, foi solicitado orçamento relativo às alterações necessárias.

Paralelamente, foi elaborado orçamento para aquisição de equipamentos e bens e iniciado Programa Preliminar relativo ao funcionamento da resposta a implementar.

7. Considerações Finais

Com a análise dos dados recolhidos, conclui-se que, no ano de 2025, o número de PSSA no município aumentou. Esta conclusão é particularmente relevante quando comparados os dados atuais com a informação dos anos anteriores, constatando-se que este é o valor mais elevado, desde 2019.

Considera-se que esta realidade tem diferentes origens, nomeadamente encontrando-se associada ao agravamento das condições socioeconómicas, que assenta no desemprego, na precariedade do trabalho e nos elevados valores praticados no mercado de arrendamento privado.

Embora os comportamentos aditivos e dependências e a doença mental continuem a estar na origem de muitas situações de sem abrigo, nos últimos anos tem-se assistido a um avolumar de casos de pessoas que ficam nesta condição, essencialmente, pela ausência de condições financeiras para custear uma habitação, fator que tem contribuído para a alteração do perfil das pessoas acompanhadas e consequente necessidade de adaptar a intervenção realizada a esta realidade.

Importa salientar que o agravar desta situação tem sido minimizado por um importante trabalho de prevenção realizado ao nível do SAAS do concelho, nomeadamente através das respostas de alojamento de emergência asseguradas por via do Fundo Permanente (verba autárquica para situações de emergência social).

De seguida, sintetizam-se os principais desafios identificados ao longo do ano:

- A escassez de respostas de alojamento coloca dificuldades à adoção de projetos de vida alternativos pelas PSSA acompanhadas. Este constrangimento deriva, tanto da inexistência de vagas nos equipamentos existentes, como do perfil das pessoas acompanhadas, que muitas vezes não se enquadra nos critérios definidos;
- As respostas de acolhimento existentes encontram-se frequentemente com a capacidade completa, refletindo-se este problema num número de vagas disponíveis cada vez mais escasso. Esta sobrelotação encontra-se também associada à ausência de respostas de transição e à dificuldade de autonomização por via do mercado de arrendamento, cujos valores praticados são incomportáveis para pessoas com baixos rendimentos;

- A escassez de estruturas que se consubstanciem numa solução de acolhimento para PSSA com quadros de doença mental crónica conduz à permanência destas em internamentos hospitalares prolongados, ou ao regresso ao contexto de rua, onde o risco de descompensação aumenta substancialmente;
- Também devido à ausência de respostas personalizadas e adequadas aos diferentes perfis, o Espaço de Acolhimento Noturno, gerido pela autarquia em articulação com a ACEDA, tem alojado cada vez mais pessoas com problemas de saúde e dificuldades de mobilidade, com problemas na marcha e perda acentuada da autonomia, que dificultam a sua deslocação, acessos e permanência dentro do espaço. Consequentemente, os profissionais que aqui exercem funções têm vindo a prestar um nível de apoio que ultrapassa as suas competências, em muitas situações, com consequências ao nível do desgaste físico e psicológico dos mesmos;
- No que respeita às PSSA que se encontram em condição de sem teto, é evidente o crescente número de situações nas quais são identificados problemas de saúde mental. Pela ausência de critica face à doença, um dos maiores constrangimentos identificados prende-se com a dificuldade em conduzir utentes mais desorganizados a consultas, acompanhado pela ausência de disponibilidade das equipas de saúde mental para realizar avaliações em contexto de rua. Tal prejudica a obtenção de diagnósticos que permitam estabelecer planos terapêuticos, essenciais à organização mental destes utentes;
- Nos casos de duplo diagnóstico (comportamentos aditivos e dependências associados a questões do foro mental) há uma grande dificuldade em intervir, já que alguns utentes não estão recetivos à integração em tratamento na ETETA, mas também não reúnem critério para internamento hospitalar e avaliação psiquiátrica neste contexto. Em casos mais graves, o acompanhamento e a definição de projetos a outros níveis ficam inviabilizados por esta dificuldade;
- Em algumas situações é notória uma fraca participação da pessoa no processo de acompanhamento, explicada por diversos fatores, nomeadamente: dificuldade em estabelecer prioridades e em concretizar as ações definidas; descrença na atuação dos serviços por experiências passadas negativas; quadros de doença mental e CAD que inviabilizam o seu comprometimento, entre outros;
- Devido ao aumento do número de PSSA sem teto no concelho, a ocupação do espaço público com espaços de pernoita torna-se cada vez mais patente e visível. Esta questão coloca desafios ao NPISA ao nível da gestão de reclamações e de expetativas dos munícipes face à resolução das situações. O tempo necessário à reinserção social de

algumas das pessoas que se encontram nesta condição, nem sempre se coaduna com o tempo considerado razoável pelos munícipes para uma solução definitiva;

- No âmbito do projeto de Housing First, gerido pela Associação CRESCER, a disponibilização de 3 das habitações foi inviabilizada pela ocupação ilegal destes espaços.

Da avaliação da execução do projeto, no ano de 2025, destacam-se também aspetos muito positivos, dos quais se realçam:

- A candidatura ao Programa Regional 2030, que permitiu retomar o projeto de *Housing First* para pessoas com CAD e a continuidade do acompanhamento psicossocial especializado a PSSA com esta problemática, pela Associação CRESCER. Esta entidade apresenta experiência e *know how* fundamentais nas áreas de promoção da saúde, redução de riscos e minimização de danos e inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, nomeadamente em contexto de dependência de substâncias psicoativas;
- O acompanhamento de proximidade pelas Técnicas Gestoras de Caso, com grande enfoque na intervenção em contexto de rua, continua a permitir a salvaguarda do *fallow up* dos casos de pessoas que não se deslocam aos serviços;
- O trabalho desenvolvido pelas Equipas de Rua Noturnas, que tem sido essencial na identificação de novas situações e na satisfação de necessidades básicas das pessoas mais vulneráveis;
- A manutenção das respostas de alojamento, que possibilitaram o acolhimento de 71 PSSA, ao longo do ano;
- A ágil articulação e trabalho colaborativo com parceiros, que facilita e desburocratiza a intervenção realizada;
- A participação no Grupo de Intervenção em Casos Sociais e de Saúde Complexos, que permite uma análise multidisciplinar das situações mais frágeis e a rentabilização de recursos do território;
- A boa adesão das PSSA às atividades dinamizadas através do projeto (Re)Descobrindo, que tiveram um impacto muito significativo no bem-estar individual, autoestima, satisfação, interação e coesão do grupo, assumindo-se como um instrumento fundamental ao trabalho realizado e à inclusão social dos participantes;
- A implementação do projeto "(Re) Construir Caminhos", com uma abordagem multidisciplinar, cujo objetivo é a continuidade do programa de desenvolvimento

pessoal e de cidadania aos beneficiários, através da sua capacitação para uma vida autónoma e digna e do desenvolvimento de competências pessoais e comunicacionais. Este projeto tem sido fundamental também ao nível da ocupação dos tempos-livres das PSSA integradas no Espaço de Acolhimento Noturno, afastando-as de percursos desviantes;

- O trabalho fundamental de estreita articulação entre as técnicas gestoras de caso do NPISA e as técnicas gestoras de processo do SAAS que permitiu que 53 das PSSA acompanhadas deixassem a situação de sem abrigo, no período de 1 ano, autonomizando-se.